aprov. p. unanimidade 13-5-74

*comissões
27-04-74*

Dispõe sobre concessão de licença para instalação e funcionamento de estabelecimento de natureza farmacêutica.

aprov. p. unanimidade 20-05-74

A CÂMARA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA APROVA

Art. 1º - Os pedidos de licença para abertura ou instalação de todo e qualquer estabelecimento de natureza farmacêutica (farmácias, drogarias, depósitos de drogas, laboratórios industriais farmacêuticos, socorros farmacêuticos etc.), deverão ser instruídos com a prova, mediante certidão ou declaração, de estarem o estabelecimento e o respectivo responsável técnico legalizados perante o Conselho Regional de Farmácia.

Art. 2º - A renovação do alvará de licença desses estabelecimentos fica condicionada ao cumprimento da exigência estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 29 de abril de 1974.

Ver. Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

JUSTIFICATIVA ANEXA

1. Constitui fato público e notório que os estabelecimentos farmacêuticos representam setor de magna importância para a coletividade, posto que envolvem problemas de mais alta relevância para a Saúde Pública, sobre cuja transcendentalidade cremos supérfluo arrazoar, de vez que o setor abrange:

- a) a farmácia pública, responsável pela missão tão delicada quanto importante como a é a dispensação de medicamentos à população;
- b) os laboratórios industriais farmacêuticos, responsáveis pelo fabrico daqueles mesmos medicamentos que se destinam à dispensação;
- c) os depósitos de drogas, que respondem pela distribuição de medicamentos, missão igualmente com reflexos diretos sobre a saúde do povo.

2. Desnecessário seria frisar, pois, a atenção que devem merecer os estabelecimentos farmacêuticos por parte de todos aqueles que, direta ou indiretamente, detêm responsabilidade na área da Saúde.

3. Tem ocorrido em vários pontos do Estado a abertura de estabelecimentos farmacêuticos que, se atendem a todos os mandamentos emanados das legislações fazendária e fiscal, deixam de fazê-lo, entretanto, em relação às exigências de ordem sanitária e profissional indispensáveis ao seu funcionamento.

4. Considerando as elevadas responsabilidades de ordem sanitária e social que a espécie envolve, torna-se fácil avaliar as fundas implicações decorrentes do funcionamento de um estabelecimento farmacêutico que, ilegal perante os Órgãos de Saúde Pública, opera na clandestinidade nesse aspecto, constituindo sério risco à saúde da população, à qual pode causar prejuízos irreparáveis.

5. Deflui-se, portanto, da imperiosa e urgente necessidade de todos os estabelecimentos farmacêuticos funcionarem sob a direção técnica de profissionais devidamente habilitados que, vinculados ao Código de Ética da Profissão Farmacêutica, não somente prestem efetiva assistência, mas também zelem pelo fiel cumprimento de todos os rígidos ditames e preceitos que exige o funcionamento de organizações do gênero.

À vista do exposto, estamos encaminhando a Vossa Excelência, "data venia", minuta de anteprojeto de lei elaborada por este Órgão e, ao fazê-lo, tomamos a liberdade de reivindicar a corporificação do mencionado trabalho em diploma legal que regule a matéria, objetivando a extirpação das irregularidades que se verificam no setor, propiciando, por conseguinte, a elevação dos padrões de assistência farmacêutica à comunidade.